



Sistematização de Boas Práticas 2019-2020

oficina municipal 
escola de cidadania e gestão pública

 KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG

 ABEL
Associação Brasileira das Escolas
do Legislativo e de Contas

 APEL
Associação Paulista de
Escolas do Legislativo
e Contas

EXPERIÊNCIAS DA REDE PAULISTA DE ESCOLAS DO LEGISLATIVO E DE CONTAS

Ajudando a registrar a história das Escolas do Legislativo



Centenas de municípios brasileiros possuem Escolas do Legislativo instaladas em suas Câmaras de Vereadores. São estruturas organizacionais que atuam com a capacitação dos servidores do legislativo municipal, oferecendo alternativas de formação para as pessoas que ajudam os mandatos a atender devidamente à sociedade e aos processos democráticos. Muitas dessas Escolas também abrem suas portas para a sociedade, oferecendo educação política e formação cidadã e ajudando a explicar os processos de funcionamento do governo e as peculiaridades da Democracia, do sistema político e eleitoral. É certo que a diversidade de modelos de trabalho criou muitos cases de sucesso e referências nessa área. A APEL – Associação Paulista de Escolas do Legislativo e de Contas – atua no Estado de São Paulo, promovendo o intercâmbio de informações e práticas entre essas unidades e também ajudando a fortalecer a comunicação entre as várias iniciativas espalhadas pelo território paulista. O trabalho sempre caminha ao lado das diretrizes e princípios norteadores oriundos também do trabalho da ABEL – Associação Brasileira de Escolas do Legislativo.

Em 2019, na realização do VI Encontro da APEL, realizado no município de Piracicaba, Oficina Municipal e Fundação Konrad Adenauer (Konrad-Adenauer-Stiftung-KAS) tiveram a oportunidade de contribuir com um exercício de sistematização de boas práticas da rede. No primeiro semestre de 2020, no VII encontro dessa rede, apresentamos o levantamento desse exercício em grupo, para compartilhar os resultados e ajudar na identificação de potenciais caminhos para implementação em unidades de toda a rede. O encontro também foi uma oportunidade de introduzir o tema do Projeto Político-Pedagógico. Uma especialista apresentou estratégias de implementação para os profissionais responsáveis pela gestão dessas escolas.

No VIII encontro, agendado para novembro de 2020, mais uma vez, Oficina Municipal, KAS e APEL se unem para auxiliar a rede de Escolas do Legislativo. A atividade trouxe palestra do professor Fernando Coelho (EACH-USP), abordando a Reforma Administrativa proposta



pelo Governo Federal e seus potenciais impactos no trabalho de escolas do legislativo e de escolas de governo como um todo. Além da palestra do professor, o VIII encontro também foi uma oportunidade de fazer um outro esforço conjunto junto à rede. Passados mais de oito meses do distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19, realizamos um workshop para sistematizar as boas práticas (e também diagnosticar os desafios ainda pendentes) que foram implementadas pelas escolas nesse período de pandemia, tão cheio de peculiaridades. O exercício ajudou a produzir um novo documento referencial a ser compartilhado com outras escolas do legislativo e de governo no país. O que vocês lerão nessa sequência é o resultado desse trabalho em conjunto: a sistematização que surgiu a partir do exercício inicial em 2019, em Piracicaba, pré-pandemia e depois a sistematização de como as escolas trabalharam em 2020, um ano que foi praticamente quase todo ele tomado pela imposição de medidas de distanciamento social.

Todas essas atividades fazem parte do calendário anual de atividades da Oficina Municipal subsidiadas pela Fundação Konrad Adenauer (Konrad Adenauer Stiftung – KAS), fundação política alemã. A Oficina Municipal e a KAS buscam juntas, desde 2002, realizar a missão institucional de colaborar com o fortalecimento da democracia, da cidadania, da política local e intermunicipal.

Desejamos que esse material seja aproveitado pelas escolas que viveram os anos de 2019 e 2020, mas que também seja um material norteador das Câmaras Municipais que ainda estão buscando inspiração e orientação para implementarem novas escolas. E que sigamos juntos, aprendendo os caminhos para o fortalecimento das Escolas do Legislativo e de Contas nos municípios paulistas e do Brasil!

Contem conosco! E boa leitura!



2019

Sistematização
de Boas Práticas
da Rede Paulista de
Escolas do Legislativo
e de Contas

Em novembro de 2019, Oficina Municipal e Fundação Konrad Adenauer foram convidadas a atuar como parceiras da APEL – Associação Paulista das Escolas do Legislativo e de Contas. O convite partiu do Sr. Roberto Lamari, presidente da APEL e da Sra. Nancy Thame, vereadora de Piracicaba-SP e presidente da Escola do Legislativo do município, sede do VI Encontro em questão.

O convite foi aceito e a atividade integrou o calendário de atividades da Oficina Municipal subsidiadas pela Fundação Konrad Adenauer no ano de 2019. A equipe da Oficina Municipal decidiu utilizar a parte que lhe coube na programação para um exercício de diagnóstico de boas práticas da rede de escolas.

OBJETIVO E METODOLOGIA

O coordenador de projetos da Oficina Municipal, Eder Brito e a professora Liz Moreira foram os representantes da escola durante a atividade. Escolheram utilizar a carga horária de 2 horas para um exercício em grupo.

Os exercícios propostos para o grupo de representantes das Escolas tiveram dois momentos distintos. No primeiro, cada participante registrou individualmente sua opinião em uma ficha. Nessa primeira parte, o objetivo era registrar o que cada indivíduo considerava uma **boa prática** (de qualquer área) efetuada na Escola do Legislativo em que atua. No segundo momento do exercício, os participantes sentaram-se em grupo e depositaram seus escritos em um cesto. Reunidos em grupos de 7 a 9 pessoas, eles escolheram 2 boas

práticas que consideravam destaque. Essas escolhas eram apresentadas verbalmente, compartilhadas com o restante do grupo durante o encontro.

Essa dinâmica gerou dois bancos de dados importantes, que nos permitiram a utilização para sistematizar as práticas da rede de escolas: 01) O registro dos relatos das boas práticas, escolhidas como destaque pelos grupos, feito pelo coordenador Eder Brito durante o exercício, registrando os destaques da fala dos grupos; 02) O relato manuscrito dos participantes, constante das fichas utilizadas durante o exercício. Eram as fichas que não foram escolhidas para a apresentação oral, mas continham importantes informações a respeito do que os participantes consideram boas práticas em suas escolas;

Com os dois bancos de dados em mãos, a equipe da Oficina Municipal **quantificou** e **categorizou** os relatos, construindo as referências que apresentamos na seção a seguir.

ANÁLISE DAS APRESENTAÇÕES ORAIS E DOS MANUSCRITOS REGISTRADOS PELOS PARTICIPANTES

A partir do processo de análise, conseguimos quantificar e categorizar os relatos dos participantes do VI Encontro da APEL – Associação Paulista de Escolas do Legislativo. Foi possível identificar 21 categorias de ação das Escolas. Dentre essas 21 categorias, conseguimos dividi-las em três tipos, sendo:

- **TIPO 01 – Práticas Frequentes** – Formatos tradicionais, adotados pela imensa maioria dos integrantes da APEL que aparecem no relato de quase todas as escolas participantes do VI Encontro. Foram apontadas como boas práticas no discurso de 12 ou mais participantes do encontro;
- **TIPO 02 – Práticas de frequência mediana** – São práticas bem sedimentadas em algumas regiões ou municípios, mas que ainda carecem de mais evolução em outras localidades do Estado. Têm na rede da APEL algumas escolas que já executam muito bem a prática e que podem atuar como multiplicadoras na implementação das práticas em outras escolas da rede. Foram apontadas como boa prática por no mínimo 4 e no máximo 11 pessoas participantes do encontro;
- **TIPO 03 – Práticas pouco difundidas** – Práticas raras, implementadas por apenas uma ou duas escolas da rede da APEL. São opções de inovação para a maior parte dos membros da Associação. Foram apontadas como boas práticas por apenas um participante ou, no máximo por três pessoas participantes do VI Encontro da APEL.

Com essa orientação, apresentamos abaixo os componentes de cada uma das três vertentes:

TIPO 01 – PRÁTICAS FREQUENTES

- **01. Parlamento Jovem – Jovens, crianças e adolescentes “experimentando” a função de vereador e a dinâmica de eleições** – Os nomes variam: parlamento jovem, câmara mirim, vereador mirim etc. Trata-se de uma experiência de vivência de um mandato, de organização de campanha ou a experiência de “tentar se eleger” ou “tentar representar”. As práticas e formatos variam, mas todas têm a mesma centralidade: oferecer ao jovem a possibilidade de experimentar a função de vereador, a fim de desenvolver o apreço pela vivência política ou ao menos aumentar o potencial de contribuição em relação à função, ajudando a construir um eleitorado mais qualificado no futuro das eleições municipais.
- **02. Visitação à Câmara Municipal** – Roteiros de visitas organizados para que munícipes tenham a oportunidade de conhecer as dependências do legislativo municipal, visitar departamentos, compreender as funções dos vereadores e as atribuições de cada área.
- **03. Atividades para funcionários da Câmara Municipal ou para funcionários do Poder Executivo Municipal** – Atividades de capacitação técnica voltadas para as demandas profissionais dos funcionários do próprio legislativo municipal ou, em um número menor de casos, voltados também para funcionários do executivo municipal. Algumas das iniciativas são feitas com base no levantamento de demandas coletadas periodicamente com os próprios servidores. Um olhar para dentro das próprias instituições municipais e para o fortalecimento da capacidade técnica instalada nessas organizações públicas.
- **04. Atividades em parceria com Secretarias Municipais de Educação, Diretorias Regionais de Ensino e Secretaria Estadual de Educação** – O foco desse tipo de atividade é atender a alunos das redes municipais e estadual de ensino, em seus diversos níveis (educação infantil, fundamental e ensino médio). A engenharia institucional da parceria passa necessariamente por uma cooperação com as escolas que se localizam no território daquele município. Para garantir o atendimento a esse público alvo bem definido, muitas das equipes escolhem ir até as próprias escolas. Outras experiências viabilizam a ida de alunos até as dependências da Câmara. No geral, são atividades que tentam esclarecer as funções do Legislativo Municipal ou outros aspectos da

política municipal para um público ainda na tenra idade, para o eleitor do futuro, ainda em formação. O foco, no entanto, está na viabilização da parceria com esses órgãos gestores da educação para a garantia de escala e de público alvo correto.

- **05. Formação Cidadão e Educação Política** – São ações de capacitação que normalmente se utilizam do formato de aula expositiva dialogada para esclarecer aspectos da Política, da Gestão Pública, do funcionamento da cidade ou de quaisquer assuntos que dialoguem direta e indiretamente com o interesse público. Não têm público alvo definido e quase sempre são atividades que pretendem alcançar quaisquer públicos interessados.

TIPO 02 – PRÁTICAS DE FREQUÊNCIA MEDIANA

- **06. O que faz uma Câmara Municipal. Explicando as funções de uma Câmara Municipal** – Programas de formação, normalmente no formato de aula expositiva que ajudam a esclarecer o que é uma Câmara Municipal, para que serve e como ela se encaixa na vida política de uma cidade. O que o munícipe pode exigir da Câmara Municipal? Para que serve e quais são os modos de se utilizar o que a Câmara representa?
- **07. Jogos, Gamificação e Linguagem Artística** – Atividades que tentam tornar a educação política em algo mais divertido, com momentos mais lúdicos. As experiências registradas utilizam linguagem como teatro e RPG, mas claramente há uma gama mais diversa a ser explorada, inclusive num grupo que parece querer dialogar cada vez mais com crianças e adolescentes.
- **08. Material Didático Impresso – Cartilhas, gibis, revista acadêmica** – Materiais impressos que ajudam a sistematizar e organizar conhecimento produzidos pelas escolas e por seus professores. Quase sempre precisam vir acompanhados de uma estratégia de distribuição, para que não fiquem “represados” indevidamente. Essa é uma perspectiva a ser explorada.
- **09. Corpo Docente** – A rede de escolas acumula muitas experiências alternativas de contratação de pessoal especializado e de professores, seja por simplificação de processos de pagamento, inexigibilidade por notória especialização ou pela construção de uma rede de voluntários. Também ficou claro aqui o potencial de que escolas da mesma região possam auxiliar umas as outras na identificação de voluntários e de uma rede regional de colaboradores. Também há uma tendência de tentar localizar potenciais professores no próprio corpo funcional das Câmaras Municipais e Secretarias Municipais.

- **10. EAD, Portais, Comunicação, Mídias Sociais** – Poucas câmaras têm alternativas EAD de capacitação e poucas utilizam seus portais de maneira mais interativa, mas isso já surge. Há também importantes experiências de comunicação direta com o potencial público participante utilizando-se de mídias sociais e de ferramentas, em especial o Whatsapp.
- **11. Atividades para público segmentado** – Há um potencial das escolas trabalharem com públicos especificamente segmentados, como mulheres, negros, LGBT, Pessoa idosa e pessoa com deficiência. Existem escolas da rede que já fazem isso e podem compartilhar experiências com outros integrantes da APEL. Há também um potencial ganho na divulgação pois é possível buscar parceria com organizações da sociedade civil que já têm contato e capilaridade junto a estes públicos, amplificando a divulgação e otimizando o aproveitamento dos recursos empregados para construir as atividades.
- **12. Parcerias com Universidades / Academia** – Essa é uma alternativa pouco explorada, mas com grande potencial. Da Universidade podem surgir professores voluntários, alunos de graduação e de pós-graduação interessados em colaborar e até recursos não-financeiros, como salas e outros recursos essenciais para o funcionamento de uma escola. Há um impacto geográfico óbvio: as escolas do legislativo que estão em territórios onde não há universidades não têm a mesma facilidade de construir essas redes. No entanto, o mesmo *approach* pode ser endereçado a escolas técnicas e a outras organizações que trabalham na esfera da educação.
- **13. Governança** – A APEL tem muitas escolas que acumulam experiências importantes de Governança, principalmente visando o fortalecimento e institucionalização das escolas, evitando que as intempéries da política partidária possam diminuir a importância de uma escola no município (ou em alguns casos até extingui-la). Três experiências se destacam aqui: 01) criação de conselhos gestores da Escola que incluam representantes da Academia e da Sociedade Civil, garantindo uma governança que extrapola os limites do legislativo municipal; 02) Construção de PPPs – Projetos Político-Pedagógicos que envolvam toda a comunidade do município, transformando o calendário da escola em um projeto que não está vinculado a um mandato, a um vereador ou a uma estrutura, mas que se torna um espaço de aprendizagem e projeto de longo prazo; 03) Lei específica – Uma lei municipal que garanta longevidade e orçamento para a escola, evitando que ela sofra com a variação dos “humores” de cada Presidência ou de cada gestão.



TIPO 03 – PRÁTICAS POUCO DIFUNDIDAS

- **14. Formação para futuros candidatos** – A Escola como espaço de formação para pessoas que querem se tornar candidatos a vereador e a prefeito no futuro. Não adianta apenas criticar a atuação de quem já possui mandato: é preciso oferecer formação para que novos grupos possam desenvolver seu interesse por participarem mais da Política, a ponto de, quem sabe, se tornarem candidatos. Há uma crítica recorrente de baixa renovação dos quadros e talvez as escolas do legislativo possam assumir um papel de incentivadoras e inspiradoras de candidaturas a partir de suas possibilidades de relação direta com a comunidade;
- **15. Visitas à Secretarias Municipais** – A prática de visitas à Câmara Municipal é muito difundida e muito praticada, mas o mesmo não ocorre em relação aos órgãos do Executivo. Há o mesmo potencial pedagógico aqui, de apresentar a estrutura e o funcionamento da Prefeitura para os cidadãos;
- **16. Encontro periódico com vereadores** – Experiências como o “Café com o Vereador” permitem um diálogo direto com o legislativo, em um clima mais informal, mais amigável e mais agradável, mostrando outras facetas da relação do cidadão com a Câmara. Isso pode ser explorado com mais frequência e afinco.
- **17. Parcerias com o terceiro setor** – Alguns municípios sediam organizações da sociedade civil que são tão fortes e tão representativas como muitas empresas e universidades. É preciso mapear e buscar parceria com essas organizações, para auxiliar a Escola em suas diversas missões;
- **18. Parcerias com a iniciativa privada** – O mesmo foco vale para a iniciativa privada. Seja no fornecimento de infraestrutura ou na viabilização de recursos materiais, seja na participação direta na construção de um projeto político-pedagógico, existem atores da iniciativa privada que são importantes players da dinâmica socioeconômica de um município e não podem ficar de fora de um projeto como a Escola do Legislativo;
- **19. Biblioteca. Acervo Literário** – As Escolas do Legislativo podem se tornar um centro de gestão do conhecimento, seja no armazenamento e gestão de doações, seja na difusão de obras e de materiais didáticos estratégicos;
- **20. Pós-graduação** – Apenas duas escolas da rede da APEL possuem essa iniciativa. É uma iniciativa atípica, mas que pode gerar muitos dividendos importantes para a Escola do Legislativo, seja na construção de um potencial corpo docente do futuro,

seja na produção científica voltada ao próprio legislativo municipal, ajudando a qualificar a política municipal;

- **21. Pesquisa de opinião com municípios** – As Escolas claramente já têm experiência de desenvolver pesquisa de opinião e de reação com o corpo funcional da Câmara e com os funcionários do Executivo, mas poucas ousaram em ouvir o cidadão. Fazer pesquisa de opinião com os municípios pode ser um canal de melhoria da programação da Escola do Legislativo e até um repositório de informações estratégicas que pode auxiliar os vereadores na tomada de decisões cotidianas ligadas aos projetos de lei e missões essenciais da Câmara.

RECOMENDAÇÕES

A sistematização das propostas de boas práticas de escolas do legislativo e de contas coletadas no VI Encontro da APEL, compila uma série de ações realizadas pelas escolas, que foram elencadas por seus funcionários, como exemplos de boa prática a ser compartilhada com outras escolas. Objetivando, além da troca de experiências, identificar padrões de ações realizadas que são consideradas relevantes para serem difundidas a outros municípios, a dinâmica possibilitou categorizar as ações em 21 categorias que representam o que está sendo feito atualmente pelas escolas.

A categorização se deu a partir da identificação de padrões das propostas levando em conta critérios de natureza de conteúdo, de público-alvo e de formato das ações. As seguintes categorias foram observadas:

(1) Parlamento Jovem	(12) Visitas à Secretarias
(2) Visita à Câmara	(13) Encontro com Vereadores
(3) Esclarecer Funções da Casa	(14) Público Segmentado
(4) Atividade para Funcionários da Casa	(15) Parceria com o 3º Setor
(5) Parceria com a Educação	(16) Parceira com Universidades
(6) Formação Cidadã	(17) Governança
(7) Linguagem Artística/Lúdica	(18) Parcerias com a Iniciativa Privada
(8) Material Didático Impresso	(19) Acervo Literário
(9) Formação para Candidatos e Recém-Eleitos	(20) Pós-Graduação
(10) Corpo Docente	(21) Pesquisas de Opinião com Municípios
(11) EAD e Portais	

Entretanto deve-se levar em consideração particularidades das categoriais que podem ser **dificuldades para a reprodução da ação em outras realidades** ou ainda questões a serem exploradas pelas ações. Aqui pretendemos sugerir algumas dessas particularidades e consequentes dificuldades ou possibilidades de ampliação de atuação.

Duas colocações podem ser pertinentes ao refletir sobre a proposta de formação para candidatos e vereadores recém-eleitos. A primeira delas diz respeito aos candidatos, supondo que estes já possuem o interesse na candidatura e na vida política institucional, pode ser relevante ampliar o escopo de atuação da atividade para formação de interesse na população que, por si só, não manifesta vontade de se candidatar. Ademais, a partir dessa atividade pode ser possível comparar perfis socioeconômicos e demográficos dos grupos, isto é, aqueles que chegam ao curso já com o interesse manifesto e aqueles que tiveram o interesse incentivado pela ação.

A segunda colocação diz respeito à formação de candidatos recém-eleitos, em primeiro mandato, deve-se refletir sobre o grau de adesão destes à atividade e, além disso, sobre os motivos que levaram o vereador a participar da atividade ou não. Este aspecto aponta, por um lado, para a cultura organizacional da Câmara, em que a capacitação dos recursos humanos da casa deve ser incentivada. Inclusive, estratégias e mecanismos de incentivo podem ser material de discussões e deliberações em âmbitos administrativos e gerenciais da Câmara, visando o fortalecimento e, quiçá, uma institucionalização da cultura de capacitações e educação continuada específica para os vereadores e para os servidores da Câmara. Por fim, as escolas do legislativo têm um lugar estratégico e potencial para protagonizar e defender essas discussões.

A proposta de parcerias com universidades pode ser considerada a partir de uma perspectiva regional, uma vez que nesta proposta a proximidade com a instituição de nível superior é um fator externo às capacidades das escolas e, ao mesmo tempo, pode ser interpretada como um determinante para o estabelecimento de parcerias. Além disso, é importante ressaltar que a possibilidade de parceria com universidades permite a realização de ações que não sejam apenas na temática da política, mas de qualquer tema que seja de interesse público e que potencialmente teria adesão da população.

Outra observação se volta para a utilização de linguagens artísticas e lúdicas para ações educativas, em todas as propostas foi constatado a associação deste formato de atividade com um público infanto-juvenil. Dessa forma, a utilização dessas linguagens pode ser explorada para outras faixas etárias, com as devidas apropriações a cada público. Ademais, ao utilizar linguagens e meios de expressão que lidam com a criatividade,

existe ainda a possibilidade de o público não ser apenas expectador e receptor de conteúdo, mas participar ativamente e ser protagonista de ações que resultam em criações nestas linguagens.

Um ponto em comum para as propostas do Material Didático Impresso e dos Portais é a sua dimensão comunicativa. Dessa forma, enquanto meios de comunicação e informação, estes devem se atentar para o público alvo que estão direcionados, principalmente, para que a linguagem utilizada seja adequada ao público. Como exemplo pode-se pensar no uso de termos demasiadamente técnicos, se o veículo é destinado à toda população a adoção destes termos pode prejudicar a capacidade de compreensão do conteúdo. Além disso o material didático impresso conta com a questão da distribuição, esta deve ser pensada de maneira estratégica para que o público alvo seja atingido. Em relação aos portais, uma alternativa é a utilização de redes e plataformas sociais, entretanto, deve-se considerar que nestes meios existe a possibilidade de interação com os usuários e, assim, é importante estabelecer procedimentos padrões para quando ocorrer os contatos.

Sobre a Governança é interessante pontuar que todas as ações das escolas devem ser monitoradas e avaliadas com a finalidade de mensurar o impacto das ações tanto em perspectivas quantitativas como, também, qualitativas. Para tanto, é importante elaborar instrumentos avaliativos que sejam capazes de monitorar as atividades ao longo do tempo, como por exemplo a utilização de questionários para a coleta de dados e, a partir de análises descritivas, a construção de indicadores de monitoramento. Os questionários são ferramentas muito importantes, as questões devem ser pensadas com a finalidade de abarcar tanto a questões socioeconômicas, demográficas como também questões abertas em que é possível coletar relatos e demandas para próximas ações e, assim, chegar a avaliações de natureza qualitativa.

Uma observação relevante sobre as ações propostas para Públicos Segmentados, deve considerar o histórico de atuação, posicionamento e trajetória do público, visando possibilitar uma ação que vá de acordo com os princípios e valores que constituem o grupo em si. Por exemplo, quando se realiza ações voltadas para minorias políticas (étnicas, de gênero, etc.) deve-se atentar para questões de representatividade, dessa forma, é interessante envolver lideranças que representam o grupo no planejamento e na implementação da ação.

Por fim, essas são algumas das diversas particularidades das propostas de boas práticas de escolas do legislativo e de contas. O intuito era apresentar algumas questões

que são suscitadas quando se realiza a sistematização das diversas ações e deixar evidente que os muitos aspectos influenciam os resultados finais e podem ser considerados para a potencialização das ações. Portanto, esse exercício de refletir sobre essas particularidades deve ser constante, visando melhores resultados e a resolução de problemas que, inevitavelmente, surgem ao decorrer da implementação dessas e outras ações que ainda estão por vir.

A equipe da Oficina Municipal sente-se honrada pela oportunidade de conduzir e apresentar essa sistematização. Esperamos que o material possa servir de insumo para o planejamento do calendário de atividades da APEL nos anos vindouros.

EQUIPE OFICINA MUNICIPAL

DEZEMBRO DE 2019

Diretor Presidente: José Mario Brasiliense Carneiro

Gerente Pedagógica: Mônica Ulson Brandão Teixeira

Coordenador de Projetos: Eder dos Santos Brito

Estagiário: Lucas Akio Iza Trindade



2020

Sistematização de
Boas Práticas da
Rede Paulista de
Escolas do Legislativo
e de Contas

O ano de 2020 tem sido completamente diferente daquilo que qualquer pessoa poderia imaginar. O cenário mundial com a crise do Coronavírus colocou à prova a capacidade de liderança dos chefes do executivo das nações e revelou que, onde houve tomada de decisão política embasada nos critérios da ciência, as soluções encontradas para administrar cada momento da crise foram mais assertivas e eficazes, poupando vidas e propiciando a retomada das atividades econômicas e do dia a dia com maior rapidez, vide o exemplo de países como Alemanha, Portugal e Nova Zelândia.

No caso do Brasil, a dificuldade e a resistência do Governo Federal em admitir a gravidade da Pandemia e a necessidade urgente de isolamento social para tentar conter a contaminação pelo vírus, gerou incertezas e dúvidas sobre como agir: o que poderia e o que não poderia ser feito; que atividades manter em funcionamento e como fazê-lo; que protocolos de higiene e saúde deveriam ser seguidos; o que era e o que não era serviço essencial? Devido a essa imobilidade, estados e municípios, no mês de março, conseguiram liminar do STF¹ contra a Medida Provisória nº 926/2020 do Governo Federal, que declarava quais deveriam, ou não, serem considerados serviços essenciais para limitar a circulação interestadual e intermunicipal de pessoas e mercadorias, para implementar as ações que julgassem necessárias para conter o vírus e enfrentar a Pandemia.

Em São Paulo, medidas anunciadas pelo governador, de acordo com o site do Governo do Estado², mostram que as primeiras ações de enfrentamento à Pandemia remontam ao dia 31 de janeiro, colocando em prática a elaboração de um plano de prevenção para evitar a propagação da Covid19. Posteriormente, em fevereiro, foram criados o Centro de Contingência do Coronavírus e o Comitê Administrativo Extraordinário com poderes de decisão para tomar medidas emergenciais durante a Pandemia. No dia 20 do mês de março foi decretado estado de calamidade pública pelo Decreto nº 64.879³ e na seqüência, a quarentena foi imposta pelo Decreto 64.881 em todo o Estado⁴. Seguindo a cronologia, em 29 de maio, foi publicado o Decreto Estadual que instituiu o Plano SP⁵, criado a partir da atuação

¹ Em sua decisão, Marco Aurélio argumenta que a medida provisória não contraria a Constituição porque não impede a tomada de providências normativas e administrativas por estados, Distrito Federal e municípios. Mas, apesar de não acolher o pedido de nulidade dos dispositivos da MP, o ministro acolheu o pedido para que fique explícita a competência concorrente dos entes federativos (estados, Distrito Federal e municípios) para tomar essas medidas. Fonte: Agência Senado

² <https://www.saopaulo.sp.gov.br/noticias-coronavirus/decreto-do-estado-explica-regras-do-plano-sp/>

³ <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64879-20.03.2020.html>

⁴ <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64881-22.03.2020.html>

⁵ Para mais informações: https://www.saopaulo.sp.gov.br/planosp/?utm_source=portal&utm_medium=banner&utm_campaign=PlanoSP

coordenada do Estado com municípios, setores produtivos e a sociedade civil, com o objetivo de implementar ações estratégicas de enfrentamento à Pandemia do Coronavírus em todo Estado. A partir da implementação do Plano, os municípios tiveram condições para planejar ações em sua esfera de atuação, com as diretrizes de isolamento e/ou reabertura que deveriam seguir e que tinham sido estabelecidas pelo Plano SP.

Apesar das restrições impostas pelo Plano, ter diretrizes (ainda que polêmicas ou controversas) já apontava a luz para os caminhos que deveriam (e foram) seguidos pelos municípios, diminuindo significativamente as atividades presenciais em todo território estadual atingido pela Pandemia.

As atividades na área de Educação e Formação foram as primeiras a serem suspensas e as últimas a entrarem na onda de flexibilização da quarentena. E foi nesse contexto que as atividades das Escolas do Legislativo e de Contas se adequaram.

Isto posto, entremos agora no contexto específico que levou à execução do presente Workshop.

Contexto Específico

Em 30 de novembro de 2020, a Oficina Municipal e a Fundação Konrad Adenauer realizaram o VIII Encontro da APEL com representantes das Escolas do Legislativo e de Contas do Estado de São Paulo. A idéia do Encontro partiu da Oficina Municipal e foi prontamente aceita pelo Diretor da APEL – Associação Paulista das Escolas do Legislativo e de Contas, Sr. Roberto Lamari. O Diretor da ABEL – Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de Contas, Sr. Florian, também acolheu a idéia da realização da atividade e garantiu sua participação. Devido aos obstáculos ainda impostos pela Pandemia do Coronavírus, o Encontro ocorreu de forma online, via plataforma *Zoom*.

O presente Encontro integrou o calendário de atividades da Oficina Municipal subsidiadas pela Fundação Konrad Adenauer no ano de 2020.

OBJETIVO E METODOLOGIA

O Fundador e Diretor Presidente da Oficina Municipal, José Mario Brasiliense Carneiro, os estagiários Lucas Akio e Julia Franco foram os representantes da Oficina durante a atividade e a professora Bezinha Cunha Soares somou-se ao time da Oficina para atuar como facilitadora do Workshop.

A equipe da Oficina Municipal propôs uma programação envolvendo:

- A. um momento formativo, com uma palestra;
- B. um Workshop para realização de um exercício de escuta dos participantes, a respeito dos principais desafios enfrentados pelas escolas nesse ano de Pandemia. Ainda, ao final do Encontro;
- C. um formulário Google para ser preenchido pelos participantes.

O Encontro teve duração de um pouco mais de 2 horas, com a seguinte divisão:

- **14h30-14h40** *Abertura – José Mario, Roberto Lamari, Florian Madruga*
- **14h40-15h00** *Palestra do Professor Fernando Coelho*
- **15h00-15h15** *Perguntas ao palestrante*
- **15h15-15h30** *Check-in*
- **15h30-16h00** *Divisão dos grupos*
- **16h00-16h30** *Rodada final*

A palestra com eventuais perguntas e colocações dos participantes (etapa A), teve previsão de 30 minutos de duração. Essa etapa do Encontro contou com a palestra do Professor Fernando Coelho: Reforma Administrativa e Escolas do Legislativo: como (re)agir? O material da palestra foi encaminhado aos participantes após o Encontro.

O Workshop proposto para o grupo de representantes das Escolas (etapa B), teve a previsão de 1h30 minutos de duração, com três momentos distintos:

- 1) *Check in*;
- 2) Divisão e debates em pequenos grupos; e
- 3) Rodada final.

Na etapa B, o Workshop começou com *Check in*, momento em que cada participante foi convidado a se apresentar de forma breve e a expor sentimentos que trazia para a dinâmica. Nessa primeira parte do exercício, o objetivo era registrar como cada indivíduo chegava para o Encontro, sendo importante considerar que o ano de 2020 foi totalmente atípico devido às restrições impostas pela Pandemia do Coronavírus. Na segunda parte do Workshop, os participantes foram divididos em 5 salas de *Zoom*, em grupos de 4 a 6 pessoas para responder a 4 questões que serão apresentadas logo mais neste relatório; e por fim, na terceira fase do exercício, todos os participantes foram convidados a trocar as conclusões a que cada grupo chegou.

Esses três momentos do exercício com os participantes geraram importantes percepções sobre os percursos realizados pelas Escolas ao lidarem com o desafio de manter suas atividades durante as restrições impostas pela Pandemia, e acenou com novas possibilidades de ação para a construção de um cenário menos caótico em 2021, com planejamentos voltados para uma nova modalidade de cursos de formação: o modelo híbrido.

Por fim, após encerrado o Encontro, deu-se a etapa C, que funcionou como uma fase complementar em que um formulário Google, com as perguntas norteadoras do Workshop e mais algumas perguntas que o presidente da APEL solicitou que fossem incluídas no documento, foi enviado a cada participante.

As perguntas norteadoras foram:

- Como você se sentiu e o que pensou, em relação às atividades da escola, quando se deparou com uma Pandemia?
- Quais caminhos você trilhou para chegar às soluções? Como as forças políticas interferiram nesse caminho?
- Quais soluções você encontrou? O que deu certo e o que deu errado?
- Quais as suas expectativas para a parceria entre a Oficina Municipal, APEL e ABEL? Quais projetos podemos construir todos juntos em 2021?
- Avalie a atividade como um todo:
- Comentários gerais, críticas e sugestões sobre a dinâmica do Workshop de boas práticas:

E as perguntas adicionais:

- Qual foi a plataforma adotada para a continuidade das atividades online? Quais os critérios de seleção que levaram a essa escolha?
- A Escola pretende adotar o Ensino Híbrido?
- Quais as suas expectativas para a parceria entre a Oficina Municipal, APEL e ABEL? Quais projetos podemos construir todos juntos em 2021?

RESUMO BREVE DAS FALAS INSTITUCIONAIS DE ABERTURA

Julia Franco fez as honras da casa, apresentando o tema do Encontro. Parabenizou candidatos eleitos nas Eleições 2020, saudou a todos e todas e passou a palavra para José Mario.

José Mario fez uma breve saudação a todas e todos os participantes, ressaltou a importância de se celebrar a Democracia em um Encontro para trocas entre os representantes das Escolas do Legislativo e de Contas, da APEL e da ABEL, no esforço conjunto de se promover a formação e a educação no campo cívico e político. E essa celebração sendo feita justamente após o período das Eleições de 2020, momento emblemático da política democrática brasileira. Parabenizou aqueles que foram eleitos, falou da importância dessa parceria (Oficina Municipal, Fundação Konrad Adenauer, Escolas, APEL e ABEL) desde 2019, quando foi tratado o tema da construção dos projetos político-pedagógicos das escolas; ressaltou a necessidade de se debater o novo contexto gerado pelas restrições da Pandemia, falou da importância de se fazer um balanço das conquistas e desafios que cada escola enfrentou, compartilhar possibilidades de ação para 2021, visto que o atual cenário permanecerá com a chegada da 2ª onda de contaminação da COVID19, e por fim, propôs uma reflexão, ainda que preliminar, sobre como as escolas irão se inserir e se adaptar a nova proposta de Reforma Administrativa. José Mario ainda fez um paralelo entre a Pandemia e a situação do pós-guerra na Alemanha, momento em que as instituições se uniram pelo espírito democrático para reagir ao cenário de destruição da guerra; devemos seguir nesse espírito e celebrar os democratas e as instituições democráticas no atual momento como o fizeram no passado.

Roberto Lamari, em nome da APEL saudou a todas e todos e fez os agradecimentos pelas presenças; ressaltou que, apesar do ano atípico, foi possível realizar atividades importantes com a Rede de Escolas. E mesmo que ainda, devido ao cenário de Pandemia, as atividades permaneçam, em sua grande maioria, a distância, a possibilidade de mesclar com atividades presenciais deverá ser observada em 2021.

Na seqüência, Professor Florian fez saudações aos presentes, em especial ao professor Fernando Coelho, pelo belo trabalho que realiza com a rede de Escolas do Legislativo e de Contas e ao presidente da APEL, Roberto Lamari, pelo reconhecimento, em todo o Brasil, como um dos principais atores no universo das Escolas do Legislativo e de Contas, das Câmaras Municipais, das Assembléias Legislativas, dos Tribunais de Contas e do Congresso Nacional. Fez ainda um adendo sobre a visão de três senadores ligados à Educação e, o que se tem, é que a partir de agora, iremos todos, em todas as esferas, conviver com o ensino híbrido. Professor Florian citou um trecho de um artigo do ex senador da República, Cristóvão Buarque: "...as escolas deverão saltar das tradicionais aulas teatrais para as aulas cinematográficas"⁶. Ressaltou ainda a importância

⁶ Trecho do Artigo: *Desculpas pelo atraso - Não teremos futuro sem escola com máxima e igual qualidade para todos.* "Para isso cinco passos são necessários: 1) transformação do MEC em ministério com a respon-

das escolas estarem preparadas para o grande desafio que será o cenário de mudanças pós Pandemia e que São Paulo é referencia para as escolas de todo o Brasil e terá papel fundamental na construção desse novo cenário.

Apos a abertura, seguiu-se a palestra do professor Fernando Coelho, e ao final da palestra, questões foram respondidas. A fase seguinte do Encontro começou com a divisão dos participantes em 5 salas de *Zoom* e segue relatada no item seguinte.

ANÁLISE DAS FALAS DOS PARTICIPANTES NA 2ª ETAPA DO WORKSHOP E CONTRAPONTO COM AS AÇÕES RELATADAS NO VII ENCONTRO

Diferentemente da atividade realizada no Encontro anterior, dessa vez, a idéia era entender como as escolas reagiram à Pandemia e quais foram as implicações para a realização de suas atividades. Não há que se falar em categorizar os relatos dos participantes no tocante ao tipo de atividade realizada, e sim os mecanismos utilizados para se adaptar ao novo cenário e continuar realizando ações e atividades no âmbito da Escola. Foi possível identificar que, de inicio, houve um sentimento comum de desesperança e insegurança ao que viria. Abrindo um parêntesis: nesse ponto, é importante destacar que cada município, a depender da região administrativa em que se encontra, teve mais ou menos ações restritivas de circulação, conforme explicado no Plano SP.

As alternativas encontradas pelos representantes das escolas para contornar os empecilhos gerados pela Pandemia foram semelhantes. A grande maioria utilizou plataformas como *Zoom* (recurso pago para utilização em grupo para reuniões com mais de 40 minutos de duração), *Google Meet* (gratuita), *Facebook* (gratuita), bem como *WhatsApp*. Constatou-se também que algumas escolas já tem um sistema de EAD mais estruturado, com a plataforma *Moodle* (até onde foi possível apurar, 3 escolas mencionaram: 2 já utilizam e 1 está se preparando para utilizar). Outras escolas fizeram parceria com a TV Câmara de seu

sabilidade exclusiva de cuidar da educação de base; 2) criação de uma carreira nacional do magistério, todos os professores com muito boa formação, avaliados permanentemente, com dedicação exclusiva e, para isso, muito bem remunerados; 3) prédios escolares com a máxima qualidade e instalações culturais e esportivas; 4) escolas com os mais modernos equipamentos da pedagogia, que permitam saltar das tradicionais aulas teatrais para as aulas cinematográficas com recursos da teleinformática, adotando métodos que desenvolvam a criatividade; 5) todas as escolas em horário integral.

<https://opinio.estado.com.br/noticias/espaco-aberto,desculpas-pelo-atraso,70003531087>



Município para gravação de vídeo-aula e posterior divulgação em canais do *YouTube* (4 escolas fizeram menção sobre a utilização desse recurso).

No tocante ao percurso trilhado, a grande maioria das Escolas não encontrou empecilhos políticos para implementar as ações necessárias para continuar atuando. Observou-se até o inverso, muitas contaram com o suporte da presidência e dos vereadores da cidade. Até mesmo as escolas que ainda não estão formalmente implantadas (Barueri, Boituva e Pompéia), aproveitaram o momento para articularem-se com a alta gestão do município e obter apoio para que no ano que vem possam começar as atividades.

Constatou-se também que adaptações se fizeram necessárias também no planejamento anual, substituindo ações presenciais por alternativas a distância. A única escola que relatou não ter conseguido realizar ações próprias durante a Pandemia foi a de Rio das Pedras. Funcionaram apenas como divulgadores de atividades de outras escolas e parceiros quando o tema lhes parecia interessante.

Houve também o relato de uma experiência bastante interessante que pode e deve ser compartilhada com outras escolas: a Escola de Piracicaba tem um Conselho, que foi fundamental para encontrarem novas formas e adequações de conteúdo, além de oficializarem critérios para participação e certificação. Houve um ato da mesa proibindo ações presenciais logo no início da Quarentena e a partir daí, com suporte do Conselho, tiveram agilidade para o trabalho via *Live* e com outras ferramentas online.

Por fim, quanto às expectativas em relação à Oficina Municipal, à APEL e à ABEL é quase unânime que estes são parceiros fundamentais e que serão extremamente estratégicos para a melhoria das ações em 2021, principalmente no que diz respeito ao ensino híbrido. As possibilidades passam pela elaboração e realização de cursos em parceria, atendimento para a implantação de novas escolas e conselhos gestores, inclusive com assinaturas de termos de parceria e de associação.

As atividades, que no relatório anterior apareciam como **TIPO 01 - PRÁTICAS FREQUENTES** – Formatos tradicionais, adotados pela imensa maioria dos integrantes da APEL e que apareceram no relato de quase todas as escolas participantes do VI Encontro e tinham sido apontadas como boas práticas no discurso de 12 ou mais participantes do Encontro como por exemplo, serão destacadas a seguir sob a ótica da Pandemia:

- **01. Parlamento Jovem** – Jovens, crianças e adolescentes “experimentando” a função de vereador e a dinâmica de eleições – não aconteceu. Em relatos de 4 escolas, essa atividade apareceu como interrompida ou que simplesmente não aconteceu.

- **02. Visitação à Câmara Municipal** – não aconteceu, e nem foi citado pelos participantes.
- **03. Atividades para funcionários da Câmara Municipal ou para funcionários do Poder Executivo Municipal** – conforme relatado, algumas atividades para servidores continuaram acontecendo de forma online.
- **04. Atividades em parceria com Secretarias Municipais de Educação, Diretorias Regionais de Ensino e Secretaria Estadual de Educação** – praticamente não apareceram relatos dessas parcerias em 2020 (apenas uma escola citou parceria com a Secretaria de Educação), muito provavelmente relacionado à paralisação, durante quase toda a Pandemia, das atividades presenciais que envolviam a Secretaria da Educação. Porém, faz necessária apuração mais cuidadosa para se afirmar categoricamente que não aconteceram.
- **05. Formação Cidadão e Educação Política** – aconteceu de forma online, principalmente nas parcerias com a APEL, ABEL e Fundação Konrad Adenauer.

Atividades que no relatório anterior apareciam como **TIPO 02 – PRÁTICAS DE FREQUÊNCIA MEDIANA** – todas tidas como bem sedimentadas em algumas regiões ou municípios, mas que ainda careciam de mais evolução em outras localidades do Estado, e que, na rede da APEL existem algumas escolas que já executam muito bem a prática e que podem atuar como multiplicadoras na implementação das práticas em outras escolas da rede e que tinham sido apontadas anteriormente como boas práticas por no mínimo 4 e no máximo 11 pessoas participantes do Encontro anterior, apareceram dessa forma:

- **06. O que faz uma Câmara Municipal** – Explicando as funções de uma Câmara Municipal – aconteceram online.
- **07. Jogos, Gamificação e Linguagem Artística** – atividades dessa natureza ficaram prejudicadas, pois conforme relatório anterior, eram ações que envolviam teatro com crianças e jovens que praticamente não aconteceram no formato presencial em 2020. Não foram citadas no Workshop.
- **08. Material Didático Impresso** – Cartilhas, gibis, revista acadêmica – esses materiais, conforme relatos nos grupos, foram substituídos por materiais digitais como cartilhas em formato PDF, sites, vídeo no youtube, tutoriais e etc. Conforme relatos ocorridos no Encontro anterior, pode se inferir que em 2020 não foi necessário pensar em estratégias de distribuição dos materiais, pois os mesmos ficaram restritos ao meio digital. Seria interessante averiguar se essa inferência se confirma.

Uma das escolas chegou a falar sobre a confecção de um e-book de fotografias, mas acabou não sendo produzido, pois fazia parte da atividade com parlamento jovem que foi cancelada na Pandemia.

- **09. Corpo Docente** – verificou-se que foi ampliada a gama de docentes que participaram das ações, pois não houve o fator “deslocamento”, nem o fator “distância” envolvidos, uma vez que as ações aconteceram no formato online.
- **10. EAD, Portais, Comunicação, Mídias Sociais** – esse item aparece no relatório anterior com a informação de que poucas câmaras tinham alternativas EAD de capacitação e poucas utilizavam seus portais de maneira mais interativa, mas isso mudou com a Pandemia. Quem antes não usava esses recursos, precisou ir atrás e dominar novas ferramentas. As experiências de comunicação direta com o potencial público participante por meios das redes sociais e de ferramentas, em especial o *WhatsApp*, se intensificaram enormemente e trouxeram engajamento do público, ampliando o número de participantes nas ações. Importante ressaltar que as ações que foram mais realizadas, ocorreram em formato de lives por meio de plataformas como *Zoom*, *Meet*, *Facebook*, *Strem Yard*, *YouTube*. Duas escolas falaram de curso EAD já aplicados. Outras se preparam para produzi-los 2021.
- **11. Atividades para público segmentado** – houve apenas um relato no tocante a esse tema que veio de uma escola que utilizou *WhatsApp* para auxiliar pessoas idosas durante o andamento dos cursos.
- **12. Parcerias com Universidades / Academia** – as parcerias se intensificaram, porém não é possível afirmar que foram firmadas especificamente com Universidades/Academia. Uma escola relatou que como estava sem programação na Pandemia, realizou a divulgação de ações de entidades parceiras. Outra escola reportou que deu continuidade a um curso de pós graduação via *Google Meet* e conseguiram finalizar o curso. Importante repetir o que foi dito no relatório anterior: essa é uma alternativa pouco explorada, mas com grande potencial. Da Universidade podem surgir professores voluntários, alunos de graduação e de pós-graduação interessados em colaborar e até recursos não-financeiros, como salas e outros recursos essenciais para o funcionamento de uma escola.
- **13. Governança** – não foi citado no Workshop diretamente como governança, entretanto, diversas vezes as palavras cooperação/trocas, fortalecimento, suporte, auxílio foram citadas. Surgiram também relatos sobre a criação/implantação de novas escolas (Pompéia, Baruari, Boituva), e a troca de experiências de Governança será fundamental para apoiar os seus gestores, principalmente, visando o fortalecimento

e a institucionalização dessas escolas, evitando que as intempéries da política partidária possam diminuir a importância de uma escola no município (ou em alguns casos até extingui-la).

Atividades que no relatório anterior apareciam como **TIPO 03 – PRÁTICAS POUCO DIFUNDIDAS** – tidas como práticas raras, implementadas por apenas uma ou duas escolas da rede da APEL, tinham sido consideradas como opções de inovação pela maioria dos membros da Associação. Foram apontadas como boas práticas por apenas um participante ou, no máximo por três pessoas participantes do VI Encontro da APEL. Essas ações foram citadas no Workshop, principalmente

- **14. Formação para futuros candidatos** – uma escola citou que está se planejando para oferecer o curso em 2021.
- **15. Visitas à Secretarias Municipais** – não foi citado no Workshop.
- **16. Encontro periódico com vereadores** – não foi citado no Workshop.
- **17. Parcerias com o terceiro setor** – não citado no Workshop.
- **18. Parcerias com a iniciativa privada** – não citado no Workshop.
- **19. Biblioteca – Acervo Literário** – não foi citado no Workshop.
- **20. Pós-graduação** – apareceu no relato de uma escola e foi realizado via plataforma *Google Meet*.
- **21. Pesquisa de opinião com munícipes** – não foi citado no Workshop.

REFLEXÕES FINAIS / RECOMENDAÇÕES

Conforme amplamente divulgado pela imprensa, é bastante provável que em 2021 ainda tenhamos momentos obrigatórios de isolamento social, bem como momentos de restrições para a realização de atividades presenciais.

Isto posto, faz-se necessária a preparação para se enfrentar um cenário ainda de incertezas. As experiências de adaptação vividas pelas escolas em 2020, constituem um arcabouço de aprendizados que será extremamente útil. Nesse sentido, há uma grande expectativa no que tange ao ensino híbrido. Mas afinal, o que é isso? Ainda não há consenso entre os especialistas, tanto do cenário da Educação Formal como da Educação Complementar, sobre o que seja o tal modelo híbrido. O que se sabe é que existe uma real necessidade de se manter as ações a distância, devido ao perigo de contágio que ainda estará presente em

2021, mas que nos momentos em que houver flexibilização do Plano SP, ou até mesmo com o advento da vacina contra a COVID19, as ações presenciais serão mescladas com as atividades online. Ainda, o ensino híbrido pode também representar ações a distância de forma mesclada: um curso EAD com vídeo aulas formatadas e assíncronas e um atendimento ao vivo e síncrono (formato *live*, reunião de *Zoom*, chat de *WhatsApp*, entre outros) para debates e sessão de perguntas e respostas. Fato é que ainda é preciso se debruçar sobre o tema e construir novas possibilidades de ação.

Importante colocar um esclarecimento: o formato que mais surgiu nos relatos foram as “*lives*” e elas não significam cursos em EAD. Valeria a pena organizar um Seminário com especialistas em Ensino a Distância EAD para auxiliar a rede na elaboração de novos formatos de ações e atividades de capacitação e formação, inclusive para desenhar alternativas de ensino híbrido em 2021.

Há também mais um ponto no qual se deve atentar que são as ações em parcerias com organizações da sociedade civil e que funcionavam sempre no sentido de buscar meios de divulgação e ampliação do público alvo para as atividades. Já que o afastamento social obrigatório devido a Pandemia ainda será realidade em 2021, essas parcerias poderiam ocorrer também no sentido de trocas de experiências e *know-how* no EAD e em outros formatos digitais.

Ainda sobre parcerias, há um impacto geográfico óbvio que foi vencido pela Pandemia: as escolas do legislativo que estão em territórios onde não há universidades não tinham a mesma facilidade de construir essas redes, e agora podem fazê-lo utilizando-se das ferramentas digitais. O mesmo *approach* pode ser endereçado a escolas técnicas e a outras organizações que trabalham na esfera da educação.

Mais um ponto sobre parcerias: a iniciativa privada pode ser uma possibilidade de parceria que vale a pena ser mais explorada em 2021 no sentido de incrementar a estrutura tecnológica das escolas.

Com relação à Governança, importante destacar que a Escola de Piracicaba, por exemplo, criou um conselho gestor que agora será fundamental para garantir a permanência do projeto no momento da transição de gestão que começa com a nova legislatura, transformando o calendário da escola em um projeto que não está vinculado a um mandato, a um vereador ou a uma estrutura, mas que se torna um espaço de aprendizagem e projeto de longo prazo; importante também lembrar que essas novas escolas que estão surgindo deverão se apoiar em marcos legais para garantir longevidade e orçamento para as suas atividades, evitando que sofram percalços com a variação dos “humores” de cada Presidência ou de cada gestão.

Por fim, ainda sobre governança, é urgente que as escolas colham informações de seus participantes sobre a efetividade de suas ações durante a Pandemia; o que foi bem aceito pelo público, que tipo de ação as pessoas tem expectativa de vivenciar, quais os temas mais caros? Enfim, muitas perguntas que valeriam um Workshop específico de avaliação e monitoramento de ações públicas das Escolas do Legislativo e de Contas.

Uma observação sobre as ações propostas para Públicos Segmentados, e considerando que na Pandemia o mais importante era “colocar o carro na rua”, em 2021, a cobrança será maior e essa segmentação deverá constar do calendário das escolas, sob pena de ficarem descoladas dos interesses sociais. O tema de enfrentamento ao racismo, por exemplo, ficou patente na Pandemia e deverá encontrar ressonância nas ações formativas de combate ao racismo estrutural de nossa sociedade, bem com as questões de gênero e as ações de combate à violência doméstica e contra a criança e o adolescente acirrados com o isolamento social. Repetindo as palavras do relatório anterior, “deve-se atentar para questões de representatividade, dessa forma, é interessante envolver lideranças que representam o grupo no planejamento e na implementação da ação.”

Encerrando com as palavras do Professor Florian:

“A Pandemia nos pegou a todos de calças curtas; nós não estávamos preparados para enfrentar essa situação. Não tínhamos nenhum planejamento para manter as atividades das escolas funcionando num período de Pandemia, porque se desconhecia isso. As escolas estavam preparadas para o ensino presencial, aulas presenciais, palestras presenciais, cursos presenciais e de repente tiveram que colocar em funcionamento uma coisa chamada improviso, e o brasileiro é mestre em improvisar, e foi com esse improviso que nós atravessamos o ano todo e inventamos a *live*, que não é aula, que não é curso, mas é uma forma de se encontrar, de ter o funcionamento, de ter uma atividade nesse período.

Na realidade foi um ano bastante prejudicado, e dessa experiência toda é aquilo que falei no início da minha palavra: precisamos nos preparar para 2021! A gente tem que adotar o sistema de ensino híbrido; voltar o ensino presencial, todo mundo junto e, ao mesmo tempo, ter uma tecnologia montada para ensino a distância. E aí, sim, fazer realmente ensino a distância, aula a distância, porque isso nós não temos e não temos estruturas em Escolas do Legislativo e de Contas isso ainda. Temos que ir nos preparando, e isso vai demandar tempo, vai demandar equipes, temos que preparar profissionais, vai demandar recursos orçamentários; é uma caminhada ainda de médio a longo prazo, então o ensino híbrido previsto para 2021 é: aula presencial e eventualmente, um evento a distância. Essa é a minha visão a respeito da herança que a Pandemia vai nos deixar.

Sistematização de Boas Práticas – Análise Técnica e Produção dos Relatórios:

Bezinha Cunha Soares

Eder dos Santos Brito

Júlia Franco

Lucas Akio

APEL – Associação Paulista das Escolas do Legislativo e de Contas

Presidente | Roberto Lamari

ABEL – Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas

Presidente | Florian Coutinho Madruga

Oficina Municipal

Diretor Presidente | José Mario Brasiliense Carneiro

Coordenação de Projetos | Eder Brito

Raphaella Burti

Financeiro | Denis Garcia

Estagiários | Júlia Franco

Lucas Akio

Rua Padre Garcia Velho, 73 – Cj. 61

Pinheiros – São Paulo/SP

Fone: (11) 3032-4330

Facebook.com/oficinamunicipal

Instagram: @oficinamunicipal

info@oficinamunicipal.org.br